

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2021.**

**Data e horário:** Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às 8h30min.

**Presença:** Presentes estavam: **LIGIAN REGINA KALVON** e **NÍVIA CARLA DA FONSECA** representantes eleitas dos servidores ativos, **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo.

**Ordem do dia:**

1. **Análise dos Processos de Empenho referentes ao mês de abril de 2021,**
2. **Parecer primeiro trimestre 2021.**

**Item 1 da ordem do dia** – O conselho analisou os documentos disponibilizados referentes ao mês de **ABRIL/2021** onde foi constatado que os **REPASSES** da Prefeitura Municipal de Paulínia, incluindo o aporte, totalizaram **R\$ 13.067.177,21**; os repasses oriundos da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram **R\$ 262.583,13** sendo depositados conformes APR' s. Também se verificou o valor de **R\$ 51.286,68** referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e Pauliprevi referente ao setor de perícias e das **parcelas 008/200** dos parcelamentos previdenciários **nº s 406 e 408/2020** totalizando **R\$ 398.441,27**. Não observamos o crédito referente ao COMPREV, porém conforme consulta a Diretoria Executiva, os valores devidos de abril e maio foram efetuados em maio de 2021. De acordo com o **RESUMO GERAL DA FOLHA** o pagamento de Aposentados totalizou **R\$ 10.516.580,53 (1309)**, Pensionistas – **R\$ 675.405,16 (121)**, Ativos - **R\$ 287.700,73 (31)** e Conselheiros – **R\$ 39.977,00**. A carteira de Investimento fechou o mês de abril com um saldo de **R\$ 1.339.208.687,80**.

**Item 2 da ordem do dia** – O conselho deliberou o Parecer Trimestral referente aos meses de **janeiro, fevereiro e março do exercício de 2021**, sendo que foram constatados os devidos repasses das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (sendo que para o exercício de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia), recursos provenientes do COMPREV e valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 26 (vinte e seis) concessões de aposentadoria e 02 (dois) processos de pensão no trimestre. A carteira de investimentos fechou o mês de março com R\$ 1.320.204.850,67 com a maior parte do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional. No trimestre os fundos ilíquidos performaram positivamente uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos e não a variação de mercado. Também foram observadas importantes amortizações, além de distribuição de resultados e rendimentos de cupons. Verificamos que o instituto está com CRP com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899. Com base na Lei nº 3759/2020 houve adequação às mudanças trazidas pela EC

nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF. Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no primeiro trimestre. Em relação à Previdência, este conselho analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salienta-se que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes. Quanto ao abono (Leis Ordinárias 3345 e 3346/2013) verifica-se a ausência de recolhimento previdenciário. Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVOU** por unanimidade as contas dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do exercício de 2021, conforme cópia de parecer anexo.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que lida e aprovada foi assinada pelos conselheiros presentes.

Paulínia, 20 de maio de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Aos vinte dias do mês de maio de 2021, as 08h00min, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos e **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação referente aos meses de **janeiro, fevereiro e março do exercício de 2021**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 constatamos os devidos **REPASSES** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (conforme Lei n. 3738 de 23/12/2019); dos recursos provenientes do COMPREV e dos valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). Todos os comprovantes como APR' s, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2021 Regime de Caixa	REPASSES		RESSARCIMENTO PERÍCIAS (*)	PARCEL. CADPREV	COMPREV
	PMP	CÂMARA			
JAN	<b>11.968.455,32</b> 3.387.308,94	- (**)	46.116,75	384.779,98 005/200	- (***)
FEV	<b>12.985.032,21</b> 4.230.607,21	<b>250.802,04</b> 77.944,48	51.675,74	386.656,95 006/200	751.634,17
MAR	<b>12.734.655,72</b> 4.230.607,21	<b>249.978,49</b> 77.944,48	51.742,56	392.865,91 007/200	792.595,92

(\*) Ressarcimento Perícias – Convênio SMRH 001/2020

(\*\*) Repasse da câmara no valor de R\$ 212.530,33 foi realizado em 17/12/2020 conforme APR nº 364/2020

(\*\*\*) Devido a nova sistemática no mês de janeiro de 2021 não houve pagamento do COMPREV conforme Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, sendo que conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia, observados no mês de fevereiro (regime de caixa) porém referentes ao mês de janeiro de 2021.

## II. DESPESAS

As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 26 (vinte e seis) concessões de aposentadoria e 02 (dois) processos de pensão no trimestre.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>

Mês 2021	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	ATIVOS	CONSELHO	CUSTO ADM
JAN	<b>11.124.894,21</b> 798.308,74(*) (1276)	<b>665.976,25</b> 27.694,63(*) (116)	<b>344.709,88</b> 68.150,67(*) (31)	<b>33.919,90</b>	<b>417.079,63</b>
FEV	<b>10.575.908,70</b> 174.045,27 (1291)	<b>640.863,75</b> (116)	<b>277.210,82</b> (31)	<b>33.919,90</b>	<b>391.860,59</b>
MAR	<b>10.510.857,57</b> 60.191,24(*) (1302)	<b>676.466,63</b> (118)	<b>255.236,80</b> (31)	<b>27.862,75</b> (**)	<b>364.011,64</b>

(\*) Antecipação da 1ª parcela 13º salário

(\*\*) Valor inferior em virtude da contabilização de pagamento de reunião no mês seguinte devido ao fechamento de folha de pagamento

2021	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
RECEITAS Totais	15.821.430,78	25.680.837,37(**)	27.239.617,14(**)
DESPESAS	12.207.950,09	11.608.633,04	11.551.335,84
<b>SALDO FINANCEIRO (*)</b>	<b>3.613.480,69</b>	<b>14.072.204,33</b>	<b>15.688.281,30</b>

(\*) Tabela meramente ilustrativa para fins de visualização de saldo financeiro aproximado.

(\*\*) Reavaliação de ativos

### III. FINANCEIRO

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
JANEIRO	1.313.786.234,21
FEVEREIRO	1.308.591.319,40
MARÇO	1.320.204.850,67

A maior parte do patrimônio do instituto continua alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional.

VALORIZAÇÕES E DESVALORIZAÇÕES		
JANEIRO	Citibank BBIF +15,65% Piatã Cred. Priv. +0,68% TMJ IMA B +0,42%	Icatu Vanguarda -3,91% Geração Fia -3,46% Bradesco Select -2,48%
FEVEREIRO	Illuminati +12,62% Sculptor +2,57% TMJ +0,58%	Vanguarda -3,80% Itaú Mom -3,68% Bradesco Sel -3,24%
MARÇO	Firf Pyxis +8,75% Illuminati +7,45% Icatu +5,06%	Ático -1,39% Itaú Mom30 -1,18% Infra Real -0,79%

Os fundos ilíquidos performaram positivamente uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos e não a variação de mercado.

No trimestre observamos importantes amortizações, além de distribuição de resultados e rendimentos de cupons conforme tabela abaixo, sendo que os valores oriundos de recuperações foram alocados no Fundo Gestão Estratégica e os valores dos cupons alocados no Fundo BB Prev. Alloc. Ativa, respeitando-se a Política de Investimentos, amplamente discutidas entre comitê de investimentos, assessoria financeira e conselhos. Os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site da autarquia para conferência.

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
R\$ 1.541.107,61 Amortização TMJ	R\$ 432.969,59 Amortização GGR Prime	R\$ 3.429.961,88 Amortização Pyxis
R\$ 80.886,94 Distribuição de Resultados Fundo Hazz	R\$ 4.248.081,79 Rendimentos de cupons NTN	R\$ 1.996.116,84 Amortização TMJ

FUNDO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ENQUADRAMENTO
<b>Renda Fixa - Artigo 7º, Inciso IV a.</b>				
Santander RF Ativo FIC	41.107.401,45	41.059.553,89	41.096.892,99	<b>187.541.806,27</b> 14,21%  Limite 40%
Inst. ALOC DinamicII	68.743.359,50	68.784.471,69	68.883.894,98	
Santander Inst. RF DI	14.167.229,55	14.127.805,25	13.926.433,11	
BB Prev Perfil	41.611.603,77	45.962.662,63	50.389.407,34	
TMJ IMA B FI RF	17.068.719,56	14.951.068,50	13.245.177,85	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso III a</b>				
FIRF PYXIS Inst IMAB	10.139.690,23	9.850.777,30	7.283.276,16	<b>35.933.263,87</b> 2,72% Limite 60%
Tower RF FI IMAB-5 II	11.763.114,34	11.705.303,41	11.701.251,14	
Tower RF FI IMAB-5	16.863.905,01	16.848.435,17	16.948.736,57	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso I, b</b>				
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	255.063.692,40	257.162.646,30	263.297.820,36	<b>416.633.161,53</b> 31,56% Limite 100%
Alocação AT RF Previd.	153.710.912,19	155.260.298,05	153.335.341,17	
<b>RENDA FIXA - Art. 7º, Inciso I a</b>				
Carteira Longo Prazo NTN-B	201.331.298,62	194.725.822,67	195.038.013,90	<b>195.038.013,90</b> 14,77% Limite 100%
<b>CRÉDITO PRIVADO - Artigo 7º, Inciso VII b</b>				
Piatã RF LP	16.730.300,98	16.714.724,96	16.685.027,69	<b>16.685.027,69</b> 1,26% Limite 5%
<b>RENDA FIXA FIDC - Artigo 7º, VII, a</b>				
GGR Prime I FIDC	11.682.729,96	11.237.434,94	11.254.041,80	<b>43.528.217,85</b> 3,30%  Limite 5%
Illuminati FIDC	21.898.537,90	24.662.812,75	26.502.405,39	
LEME Fidc Senior	5.772.858,56	5.617.463,69	5.621.875,78	
BBIF Master FIDC LP	150.526,05	149.754,23	149.894,88	
Incentivo Mult. A/B	0,00	0,00	0,00	
<b>MULTIMERCADO - Artigo 8º, Inciso III</b>				
FI Multimercado SCULPTOR	36.820.730,30	37.767.419,91	37.685.663,44	<b>37.685.663,44</b> 2,85% Limite 10%
<b>IMOBILIÁRIO - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Hazz	12.358.459,10	12.369.841,86	12.387.620,93	<b>26.139.357,86</b> 1,98% Limite 5%
BR Hotels FII	12.759.564,15	12.738.833,23	12.720.824,57	
Infra Real Estate FII	1.037.326,27	1.034.106,57	1.030.912,36	
<b>FIP - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Infra Saneamento	15.642.334,99	15.632.445,28	15.616.193,86	<b>48.181.386,53</b> 3,65%  Limite 5%
W7 FIP/Infratec	2.152.603,54	2.150.372,46	2.147.337,08	
FIP/Ático G Empres	611.646,93	607.857,27	599.351,70	
Ático Florestal FIP	4.329.626,33	4.325.989,26	4.322.320,46	
FIM FP1/FP2 LP	25.024.275,39	25.029.709,73	25.030.911,10	
Ático Ger. Energia	468.899,38	467.347,63	465.272,33	
<b>AÇÕES - Artigo 8º, II</b>				
Geração FIA	40.713.943,17	39.495.981,58	39.995.269,14	<b>312.838.951,73</b> 23,70%  Limite 25%
Momento 30	48.528.954,95	46.741.758,72	46.190.058,84	
Bahia BBM Val II FIC F	40.340.187,01	39.947.691,75	41.112.164,49	
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	51.613.212,30	49.649.198,06	52.163.926,79	
Itaú Ações Dunamis FIC	69.024.787,33	69.351.491,29	70.820.223,41	
Bradesco FI Ações S	64.553.803,00	62.460.185,37	62.557.309,06	

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2021.

## PARECER TÉCNICO

### 1. CRP

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899.

### 2. CÁLCULO ATUARIAL

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### 3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768 de 30/04/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia.

### 4. RECEITAS X DESPESAS

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no primeiro trimestre.

### 5. PREVIDÊNCIA

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes. Quanto ao abono (Leis Ordinárias nº 3345 e nº 3346/2013) verifica-se a ausência de recolhimento previdenciário.

### 6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O conselho acompanhou a postura do comitê no trimestre que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, alguns tiveram performance positiva, uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos. Devemos salientar importantes amortizações graças ao monitoramento isolado dos fundos, além da reavaliação de ativos e pagamento de cupons que foram de grande importância no patrimônio do instituto.

## CONCLUSÃO DO PARECER

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do primeiro trimestre de 2021, em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, bem como quanto ao abono salarial, dentro dos limites legais, a fim de não se causarem novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto à fragilidade das referidas leis.

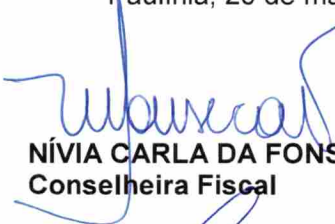
Os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP, vem sendo tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.


Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores.

Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do exercício de 2021.

Paulínia, 20 de maio de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Aos vinte dias do mês de maio de 2021, as 08h00min, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos e **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação referente aos meses de **janeiro, fevereiro e março do exercício de 2021**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 constatamos os devidos **REPASSES** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (conforme Lei n. 3738 de 23/12/2019); dos recursos provenientes do COMPREV e dos valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). Todos os comprovantes como APR' s, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2021 Regime de Caixa	REPASSES		RESSARCIMENTO PERÍCIAS (*)	PARCEL. CADPREV	COMPREV
	PMP	CÂMARA			
JAN	11.968.455,32 3.387.308,94	- (**)	46.116,75	384.779,98 005/200	- (***)
FEV	12.985.032,21 4.230.607,21	250.802,04 77.944,48	51.675,74	386.656,95 006/200	751.634,17
MAR	12.734.655,72 4.230.607,21	249.978,49 77.944,48	51.742,56	392.865,91 007/200	792.595,92

(\*) Ressarcimento Perícias – Convênio SMRH 001/2020

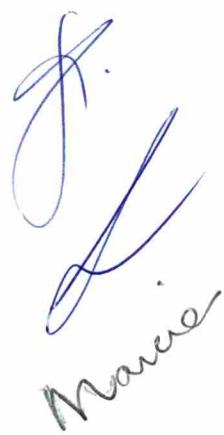
(\*\*) Repasse da câmara no valor de R\$ 212.530,33 foi realizado em 17/12/2020 conforme APR nº 364/2020

(\*\*\*) Devido a nova sistemática no mês de janeiro de 2021 não houve pagamento do COMPREV conforme Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, sendo que conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia, observados no mês de fevereiro (regime de caixa) porém referentes ao mês de janeiro de 2021.

---

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2021.



## II. DESPESAS

As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 26 (vinte e seis) concessões de aposentadoria e 02 (dois) processos de pensão no trimestre.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>

Mês 2021	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	ATIVOS	CONSELHO	CUSTO ADM
JAN	<b>11.124.894,21</b> 798.308,74(*) (1276)	<b>665.976,25</b> 27.694,63(*) (116)	<b>344.709,88</b> 68.150,67(*) (31)	<b>33.919,90</b>	<b>417.079,63</b>
FEV	<b>10.575.908,70</b> 174.045,27 (1291)	<b>640.863,75</b> (116)	<b>277.210,82</b> (31)	<b>33.919,90</b>	<b>391.860,59</b>
MAR	<b>10.510.857,57</b> 60.191,24(*) (1302)	<b>676.466,63</b> (118)	<b>255.236,80</b> (31)	<b>27.862,75</b> (**)	<b>364.011,64</b>

(\*) Antecipação da 1ª parcela 13º salário

(\*\*) Valor inferior em virtude da contabilização de pagamento de reunião no mês seguinte devido ao fechamento de folha de pagamento

2021	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
RECEITAS Totais	15.821.430,78	25.680.837,37(**)	27.239.617,14(**)
DESPESAS	12.207.950,09	11.608.633,04	11.551.335,84
<b>SALDO FINANCEIRO (*)</b>	<b>3.613.480,69</b>	<b>14.072.204,33</b>	<b>15.688.281,30</b>

(\*) Tabela meramente ilustrativa para fins de visualização de saldo financeiro aproximado.

(\*\*) Reavaliação de ativos

### III. FINANCEIRO

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
JANEIRO	1.313.786.234,21
FEVEREIRO	1.308.591.319,40
MARÇO	1.320.204.850,67

A maior parte do patrimônio do instituto continua alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional.

VALORIZAÇÕES E DESVALORIZAÇÕES		
JANEIRO	Citibank BBIF +15,65%	Icatu Vanguarda -3,91%
	Piatá Cred. Priv. +0,68%	Geração Fia -3,46%
	TMJ IMA B +0,42%	Bradesco Select -2,48%
FEVEREIRO	Illuminati +12,62%	Vanguarda -3,80%
	Sculptor +2,57%	Itaú Mom -3,68%
	TMJ +0,58%	Bradesco Sel -3,24%
MARÇO	Firf Pyxis +8,75%	Ático -1,39%
	Illuminati +7,45%	Itaú Mom30 -1,18%
	Icatu +5,06%	Infra Real -0,79%

Os fundos ilíquidos performaram positivamente uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos e não a variação de mercado.

No trimestre observamos importantes amortizações, além de distribuição de resultados e rendimentos de cupons conforme tabela abaixo, sendo que os valores oriundos de recuperações foram alocados no Fundo Gestão Estratégica e os valores dos cupons alocados no Fundo BB Prev. Alloc. Ativa, respeitando-se a Política de Investimentos, amplamente discutidas entre comitê de investimentos, assessoria financeira e conselhos. Os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site da autarquia para conferência.

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
R\$ 1.541.107,61 Amortização TMJ	R\$ 432.969,59 Amortização GGR Prime	R\$ 3.429.961,88 Amortização Pyxis
R\$ 80.886,94 Distribuição de Resultados Fundo Hazz	R\$ 4.248.081,79 Rendimentos de cupons NTN	R\$ 1.996.116,84 Amortização TMJ

FUNDO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ENQUADRAMENTO
<b>Renda Fixa - Artigo 7º, Inciso IV a.</b>				
Santander RF Ativo FIC	41.107.401,45	41.059.553,89	41.096.892,99	<b>187.541.806,27</b> 14,21%  Limite 40%
Inst. ALOC DinamicII	68.743.359,50	68.784.471,69	68.883.894,98	
Santander Inst. RF DI	14.167.229,55	14.127.805,25	13.926.433,11	
BB Prev Perfil	41.611.603,77	45.962.662,63	50.389.407,34	
TMJ IMA B FI RF	17.068.719,56	14.951.068,50	13.245.177,85	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso III a</b>				
FIRF PYXIS Inst IMAB	10.139.690,23	9.850.777,30	7.283.276,16	<b>35.933.263,87</b> 2,72% Limite 60%
Tower RF FI IMAB-5 II	11.763.114,34	11.705.303,41	11.701.251,14	
Tower RF FI IMAB-5	16.863.905,01	16.848.435,17	16.948.736,57	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7ª, Inciso I, b</b>				
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	255.063.692,40	257.162.646,30	263.297.820,36	<b>416.633.161,53</b> 31,56% Limite 100%
Alocação AT RF Previd.	153.710.912,19	155.260.298,05	153.335.341,17	
<b>RENDA FIXA - Art. 7º, Inciso I a</b>				
Carteira Longo Prazo NTN-B	201.331.298,62	194.725.822,67	195.038.013,90	<b>195.038.013,90</b> 14,77% Limite 100%
<b>CRÉDITO PRIVADO - Artigo 7º, Inciso VII b</b>				
Piatã RF LP	16.730.300,98	16.714.724,96	16.685.027,69	<b>16.685.027,69</b> 1,26% Limite 5%
<b>RENDA FIXA FIDC - Artigo 7º, VII, a</b>				
GGR Prime I FIDC	11.682.729,96	11.237.434,94	11.254.041,80	<b>43.528.217,85</b> 3,30%  Limite 5%
Iluminati FIDC	21.898.537,90	24.662.812,75	26.502.405,39	
LEME Fidc Senior	5.772.858,56	5.617.463,69	5.621.875,78	
BBIF Master FIDC LP	150.526,05	149.754,23	149.894,88	
Incentivo Mult. A/B	0,00	0,00	0,00	
<b>MULTIMERCADO - Artigo 8º, Inciso III</b>				
FI Multimercado SCULPTOR	36.820.730,30	37.767.419,91	37.685.663,44	<b>37.685.663,44</b> 2,85% Limite 10%
<b>IMOBILIÁRIO - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Hazz	12.358.459,10	12.369.841,86	12.387.620,93	<b>26.139.357,86</b> 1,98% Limite 5%
BR Hotéis FII	12.759.564,15	12.738.833,23	12.720.824,57	
Infra Real Estate FII	1.037.326,27	1.034.106,57	1.030.912,36	
<b>FIP - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Infra Saneamento	15.642.334,99	15.632.445,28	15.616.193,86	<b>48.181.386,53</b> 3,65%  Limite 5%
W7 FIP/Infraec	2.152.603,54	2.150.372,46	2.147.337,08	
FIP/Ático G Empres	611.646,93	607.857,27	599.351,70	
Ático Florestal FIP	4.329.626,33	4.325.989,26	4.322.320,46	
FIM FP1/FP2 LP	25.024.275,39	25.029.709,73	25.030.911,10	
Ático Ger. Energia	468.899,38	467.347,63	465.272,33	
<b>AÇÕES - Artigo 8º, II</b>				
Geração FIA	40.713.943,17	39.495.981,58	39.995.269,14	<b>312.838.951,73</b> 23,70%  Limite 25%
Momento 30	48.528.954,95	46.741.758,72	46.190.058,84	
Bahia BBM Val II FIC F	40.340.187,01	39.947.691,75	41.112.164,49	
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	51.613.212,30	49.649.198,06	52.163.926,79	
Itaú Ações Dunamis FIC	69.024.787,33	69.351.491,29	70.820.223,41	
Bradesco FI Ações S	64.553.803,00	62.460.185,37	62.557.309,06	

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2021.

## **PARECER TÉCNICO**

### **1. CRP**

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899.

### **2. CÁLCULO ATUARIAL**

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### **3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA**

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768 de 30/04/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia.

### **4. RECEITAS X DESPESAS**

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no primeiro trimestre.

### **5. PREVIDÊNCIA**

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes. Quanto ao abono (Leis Ordinárias nº 3345 e nº 3346/2013) verifica-se a ausência de recolhimento previdenciário.

### **6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

O conselho acompanhou a postura do comitê no trimestre que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, alguns tiveram performance positiva, uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos. Devemos salientar importantes amortizações graças ao monitoramento isolado dos fundos, além da reavaliação de ativos e pagamento de cupons que foram de grande importância no patrimônio do instituto.

## CONCLUSÃO DO PARECER

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do primeiro trimestre de 2021, em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, bem como quanto ao abono salarial, dentro dos limites legais, a fim de não se causarem novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto à fragilidade das referidas leis.

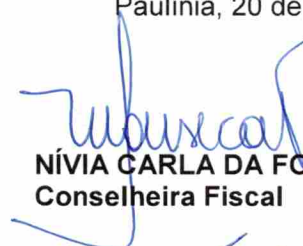
Os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP, vem sendo tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.


Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores.

Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do exercício de 2021.

Paulínia, 20 de maio de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal